



Anais da Assembléia

N.º 63

CURITIBA, SEGUNDA, 07 DE JUNHO DE 1976.

ANO II

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 90ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 07 DE JUNHO DE 1976

Presidência do Sr. Deputado Del Ciel, secretariada pelos Srs. Deputados Basílio Zanusso e Fabiano Braga Cortes.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpellini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Ernesto Gnoato e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO:

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 70/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO GRUPO ESCOLAR ESTADUAL DE 1º GRAU, "MATHIAS JACOMEL", com sede em Varge Grande, distrito de Pinhais no município de Piraquara.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1976.

(a) LEOPOLDO JACOMEL

JUSTIFICATIVA:

As metas e objetivos desta Associação de Pais e Professores é o entrosamento e a aproximação do educando, pais e professores para o melhor aperfeiçoamento e com isso mais eficientemente trabalharem unidos pela formação do aluno no sentido de melhor ajustá-lo, útil e produtivo à sociedade.

Funcionará a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES,

como órgão de cooperação à escola, visando o bem estar do aluno.

A documentação anexa, comprova a existência legal da mesma.

A Associação cuidará da melhor aproximação e entrosamento entre professores, pais e responsáveis pelos alunos, auxiliando na integração do educando no meio escolar e social da família comunitária.

Sua diretoria exerce seus cargos e atividades sem qualquer remuneração, em favor de uma comunidade.

Fundada em 01 de março de 1970, é, sem dúvida, uma entidade pública de fato, razão suficiente para torná-la de "direito" através deste plano de lei.

Diante das razões citadas, solicitamos aos nobres Pares o necessário apoio e aprovação do presente projeto de lei.

(SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) Está finda a leitura do expediente.

Não há oradores inscritos para o Pequeno Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, primeiro orador inscrito para o Grande Expediente.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

As crises repetidas e constantes que têm afetado de forma violenta o abastecimento de produtos alimentares de primeira necessidade, se avolumam em cada dia que passa. O leite, principalmente em Curitiba, já se tornou um produto de desaparecimento periódico nestes últimos dias.

Nesta oportunidade, quem quiser adquirir este produto, deverá levantar bem cedo e já ter decorado os pontos onde, pelo menos na parte da manhã, o produto se encontra à venda.

O tradicional pão de água, alimento mantinal de uma população inteira, tem sofrido também nestes últimos dias, total afastamento de seus postos de venda.

O feijão é um dos muitos outros artigos de primeira necessidade que, quando não falta, tem seus preços majorados de uma hora para outra.

Segundo o que pudemos observar, os pequenos comerciantes, principalmente, não estão se mostrando muito interessados em vender tais artigos de alimentação, por sentirem, segundo esclarecem, serem os artigos anunciados portadores, ultimamente, de nenhuma margem de lucro, considerado produtor.

O leite, por exemplo, raramente é encontrado depois das 10 horas de cada dia. Toda a venda do produto se esgota nas primeiras horas da manhã, devido ao abastecimento ter sido nestes últimos tempos, quase que racionado.

A SUNAB, segundo informações que tivemos, prometeu a alguns comerciantes de maior destaque, a resolução do problema de abastecimento do leite. Entretanto, segundo os mesmos comerciantes, a promessa do órgão não foi cumprida.

Alguns jornais desta Capital divulgaram nota afirmando que, segundo denúncias de quem de direito, o feijão estaria sendo estocado em algumas cidades do Estado, principalmente as cidades do Norte. E as notas afirmam que, com tais denúncias, o fato poderá ser resolvido desde que o órgão controlador do preço e do abastecimento, tome as providências para fazer com que o produto seja distribuído ao mercado.

Com referência ao fato, nós sabemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que, na realidade, a produção de feijão este ano foi mínima, principalmente em nosso Estado. Dois fatores têm concorrido em grande evidência nestes últimos anos, para o registro cada vez mais destacado do fato definitivo da produção

agrícola em nosso Estado.

O primeiro, a falta de verdadeira proteção ao trabalhador rural; o segundo, que também é, sem dúvida, consequência do primeiro, o êxodo rural que aumenta de ano para ano, sem nenhuma providência por parte do organismo responsável pela manutenção do homem na terra.

O feijão, por exemplo, os de qualidade mulatinho, roxinho rajado, jaule, paulistinha e suas variedades, largamente produzidos nas terras de nosso Estado, tiveram este ano uma das menores safras de todos os tempos.

Dois fatores concorreram para que isso acontecesse: primeiro, porque o plantio foi reduzido em contraposição aos anos anteriores; segundo, porque a produção também foi mínima, havendo em diversas regiões do Estado ocorrido colheitas de menos de 10 sacas por alqueire. Em consequência, o produto chegou a alcançar o preço de 900 cruzeiros por saca de 60 quilos em plena colheita e a maioria para não dizer a totalidade deste produto, foi entregue ao vizinho Estado de São Paulo.

Diante disto, podemos afirmar que é muito difícil que haja produto estocado clandestinamente em qualquer região do nosso Estado.

O que se observa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é a triste falta de consciência pública dos acontecimentos que envolvem o povo brasileiro nestes últimos anos. Gastam muito dinheiro em pesquisas sobre produção. Entretanto, parece que os responsáveis não estão muito interessados em concluir os relatórios, estabelecendo efetivamente as previsões pretendidas.

Não obstante a explosão demográfica destes últimos anos, a produção agrícola tem caído consideravelmente em cada safra. Ou o Governo abre as vistas para a agricultura, dando um incentivo verdadeiro ao agricultor brasileiro, ou estaremos fadados a ficar, muito breve, sem condições de encontrar os alimentos necessários para a subsistência do nosso povo.

O retrato violento da miséria se amplia a cada dia que passa. Ainda neste fim de semana, pudemos observar, com a chegada do inverno, o quadro dantesco de desproteção que existe em Curitiba. A Capital se transformou em verdadeiro campo de mendigos, pessoas vindas de diversas localidades, deste País e da agricultura do Paraná".

O Sr. Gabriel Manoel — Por gentileza, queira me permitir um aparte? (Assentimento).

Estamos notando com atenção seu pronunciamento e não queremos discordar de V. Exa., a não ser em alguns pontos, como diz o Maurício Fruet, entre o óbvio ululante. V. Exa. fala que nós estamos em um País onde o decréscimo da produção agrícola é aberrante e se vê a olhos vivos.

Nós queremos, apenas, concordar com V. Exa. em um ponto de vista: de fato, o Paraná, é um Estado e o Brasil é um País com grande explosão demográfica, como diz V. Exa.

Mas, queríamos chamar a atenção de V. Exa. ou, não, chamar a atenção, pedir que V. Exa. meditasse sobre o problema da produção, das estatísticas de produção, no que concerne ao problema da chamada lavoura branca, da chamada lavoura alimentícia em que o Brasil, de 5 anos para cá, vem tendo uma produção com uma diferença enorme dos outros anos. Veja bem, V. Exa., que o Paraná e o Brasil, hoje, no concerto das nações, estão equiparados aos maiores produtores de soja, que é um alimento que há de ser o alimento dos povos que têm carência de cereais, que é o caso do Japão, da Rússia e, também, dos Estados Unidos que, embora exportando a soja, vêem no Brasil um grande concorrente.

Agora, eu acho, assim, uma discrepância da parte de V. Exa., com a devida vênia, com o devido respeito, dizer que a produção dos cereais em nosso Estado, em nosso País, está decrescendo.

Veja bem, V. Exa., veja as estatísticas, que poderá, depois, tirar uma conclusão honesta, sadia, como é do feito de V. Exa.

O Paraná, há menos de 5 anos e o Brasil também, tinham

esta leguminosa, a soja, como um produto, assim, com plantio à mercê da vontade dos plantadores.

Mas, vemos, depois disto, o Governo incentivar o plantio da soja, incentivar o plantio do milho, dando condições, dando amparo, dando financiamento para os plantadores de trigo.

Também vemos no Paraná, no Sudoeste, no Norte, no Oeste, no Sul, em todos os quadrantes do nosso Estado, esta super produção, esta produção que o Porto de Paranaguá, um dos maiores portos do Brasil, não suporta seu escoamento.

E, por isso, queria pedir vênia a V. Exa., com o devido respeito, para que dedique alguns minutos, um instante de seu ilustrado pensamento, do seu tirocínio, para que veja e para que diga, como sabemos que V. Exa. quer apenas dizer a verdade, para que diga desta tribuna que o Governo está incentivando, está dando aos produtores, aos agricultores, principalmente da chamada lavoura branca, o financiamento e o amparo financeiro.

Por isso, nobre amigo Lúcio Machado, nobre companheiro de bancada e da região, queira apenas fazer este aparte e dizer a V. Exa. que olhe como o Paraná produz soja; que olhe como o Paraná produz trigo; olhe como o Paraná produz milho; olhe como o Paraná é um dos maiores produtores de feijão do Brasil, que está alimentando o nosso País e com perspectivas para alimentar o estrangeiro.

Queira V. Exa. me perdoar por este aparte, talvez inoportuno, mas que os mendigos existem nos países subdesenvolvidos, e que não cabe culpa ao Governo; cabe a nós, às bancadas e aos legisladores.

E V. Exa., como nós e como os outros, deve dar parabéns ao Governo, porque somos hoje concorrentes dos Estados Unidos no setor que tange ao soja; seremos amanhã concorrentes do mundo inteiro no setor dos cereais.

Muito obrigado Deputado Lúcio Machado e queira, por gentileza, fazer uma análise e trazer dados e estatísticas concretas.

Muito obrigado.

O SR. LÚCIO MACHADO — O nobre Deputado esclarece a este Parlamento que o próprio Governo esquece que o seu povo existe, em se tratando da produção de produtos alimentares para o povo brasileiro.

O Sr. Gabriel Manoel — Somos o maior produtor de soja.

O SR. LÚCIO MACHADO — Veja V. Exa., nobre Deputado, que o Governo deu realmente incentivo ao plantio do soja. Sabendo o Governo que o brasileiro não sabe se servir do soja como alimento, assim procedeu entendendo que cada um...

O Sr. Gabriel Maneol — V. Exa. me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) — (Faz soar os tímpanos).

Esta Presidência solicita ao eminente Deputado que tão somente faça uso da palavra quando concedido o aparte.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, pela ordem, artigo 151.

Eu apenas pedi ao nobre Deputado e peço vênia a V. Exa., porque apenas respondi dizendo que o Brasil e o Paraná em relação ao soja é um dos maiores produtores.

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel). — (Faz soar os tímpanos).

Esta Presidência volta a alertar ao Deputado, que merece todo o nosso respeito.

O SR. LÚCIO MACHADO — O que é mais triste observar, Sr.

Presidente e Srs. Deputados, é que um Estado, uma União Federativa como o Paraná, destacado anos e anos como o maior produtor do feijão deste País, não tenha no mercado o seu principal produto, numa demonstração do avassalamento da própria economia da população que trabalha a terra, e isto tudo em decorrência do esvaziamento que está acontecendo nos quatro cantos da agricultura deste Estado.

O nosso lavrador, o lavrador do Paraná, está abandonando a terra porque além de ter que ser vilmente assaltado pelos atravessadores, ele é quase que constantemente violentado pelo Banco do Brasil que a cada ano que passa se torna cada vez mais

rico com a pobreza e com a descrença deste homem que garante o abastecimento dos celeiros nacionais.

De que vale produzirmos soja para abarrotarmos os portos com os caminhões que lá chegam todos os dias e olharmos para trás e virmos os nossos irmãos passando fome, por falta de alimentação.

De que vale produzirmos soja e sabermos que o soja brasileiro não alimenta os brasileiros.

De que vale prejudicarmos a produção necessária e de subsistência de nosso povo, para vê-los transformados em mendigos e abandonados que constam das ruas das pequenas e grandes cidades deste Paraná e deste Brasil.

De que vale esta política que só pensa em economia que corresponda aos meios e recursos para que o Governo possa pagar as suas responsabilidades de juros de capital às nações desenvolvidas do globo, enquanto a gente brasileira chora miséria todos os dias, enquanto os miseráveis deste País aumentam assustadoramente a cada instante.

De que vale um Parlamentar existir, desconhecendo os fatos horríveis que estão acontecendo nesta Nação.

De que vale bajularmos o Governo, carente de condições, dos problemas brasileiros.

De que vale sentirmos que para nós vale um mandato, se não usamos deste mandato para denunciarmos os fatos errados que existem nesta Nação, que se registram a todo instante, quando existe o ônus ao povo brasileiro.

De que vale enganarmos, enquanto vemos o sofrimento desses nossos irmãos menos favorecidos pela sorte.

De que vale sentirmos e termos um mandato e ficarmos aconchegados neste mandato, e dele não fazer uso em benefício dos interesses comuns do povo.

De que vale, Sr. Presidente, Srs. Deputados, virmos aqui neste Parlamento todos os dias, ocuparmos as nossas cadeiras, no fim do mês recebermos os nossos subsídios e não cumprirmos o nosso dever.

De que vale ficarmos calados e batendo palmas para o Governo, enquanto vemos que o povo enfraquece à cada dia.

Porque é isso que estamos vendo, é o povo cada vez mais marginalizado mais pobre e mais miserável.

De que vale, Sr. Presidente, Srs. Deputados, termos um mandato e nos sentirmos envergonhados em ver tanta coisa errada, como vemos neste País.

É preferível que este mandato dure o tempo que tenha que durar, mas que a sua duração seja usada pelo parlamentar para denunciar os fatos decorrentes destes acontecimentos, que levam o Brasil a passos largos, para um caos que só Deus poderá saber.

É preciso que se tome posição, é preciso que o Governo abra as vistas aos acontecimentos, é preciso que o Poder Público veja a marginalização do povo brasileiro, e o sofrimento da gente deste País.

Vai daí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pessoas que deixaram a terra e com famílias inteiras, têm vindo à Curitiba tentar a sorte, procurando um emprego que pudesse lhes proporcionar uma vida melhor; aqui chegando, perambulam pelas ruas, seguindo o roteiro e o chamamento dos classificados dos jornais.

Entretanto, dificilmente encontram com facilidade o trabalho que procuram, ficam desprovidos de qualquer recurso para continuar a procura deste trabalho, dormindo nas ruas e se alimentando como já dissemos muitas vezes desta tribuna, de detritos que lhes oferecem os depósitos de lixo de cada dia. A grande verdade deve ser dita, Curitiba é uma cidade de absoluta falta de emprego.

De que vale a existência do serviço de repressão à mendicância, se o órgão da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, efetuava seu serviço de triagem, e esta cidade se tornou nestes últimos tempos, um verdadeiro oásis de mendigos de todos os lados.

De que vale todo este trabalho se a grande verdade sobre os acontecimentos está perfeitamente ligada à falta de produção e mercado de emprego, problema brasileiro e de grande proliferação nacional.

Não acreditamos nunca, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pois nenhum sentimento objetivo de realidade pode aceitar, que dar albergamento, remessa ou passagem para a viagem aos desprovidos de recursos, resolva seus problemas.

Hoje não podemos comer o almoço de ontem; amanhã não nos servirá a alimentação de hoje.

Neste País, de dimensões continentais, tudo se plantando, tudo dá.

Temos amplas facilidades de ampliar a nossa produção agrícola.

Temos capacidade de produzir colheitas invejáveis.

O que falta nesta Nação, é planejamento de nosso potencial econômico.

É preciso que o Governo se volte para o homem, principalmente, para o homem do campo, que abandona a terra, com suas famílias, porque, da terra não pode mais subsistir.

O Sr. Adalberto Daros — V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento).

Nobre Deputado Lúcio Machado, ouço atentamente o pronunciamento de V. Exa. Mas, gostaria, nobre Deputado, que V. Exa. desse uma oportunidade ao Deputado Gabriel Manoel, concedendo-lhe um aparte. Porque talvez, S. Exa. que faz parte da bancada governista nesta Casa, pudesse elucidar para V. Exa., para mim, e para a bancada do MDB, o problema que V. Exa. está colocando, nesta tarde, com tanto brilhantismo.

Nobre Deputado, tivemos conhecimento de que a bancada arenista propõe a constituição de uma CPI à Casa, para estudar o o problema do consumidor, em nossa terra.

Talvez se V. Exa. concedesse aparte ao Deputado Gabriel Manoel, S. Exa. nos pudesse elucidar o problema que julgamos insolúvel, e que diz respeito principalmente à agricultura e à produção de nossa terra, e dar à família melhor sustento, melhores condições de sobrevivência.

Por esta razão, peço a V. Exa. que conceda aparte ao Deputado Gabriel Manoel, a fim de que S. Exa. nos traga algumas sugestões e talvez, nesta tarde de segunda-feira, com poucos Deputados presentes, possamos solucionar um problema que consideramos insolúvel.

O SR. LÚCIO MACHADO — Nobre Deputado Adalberto Daros, antes de tudo, sabe V. Exa. que sempre foi de meu feito conceder os apartes que me são solicitados quando, desta tribuna, faço meus pronunciamentos.

Se houve demora para conceder, pela segunda vez, o aparte ao Deputado Gabriel Manoel, isso ocorreu simplesmente porque pretendia complementar meu raciocínio.

Mas, atendendo o pedido de V. Exa. e, inclusive, à minha formação parlamentar, concedo, neste instante, aparte ao Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel — Agradeço ao ilustre Deputado Adalberto Daros, que com aquele dinamismo, aquela euforia, com aquela tranqüilidade que todo o Paraná, toda nossa gente espera dessa juventude que está a despontar como salvadora da Pátria.

Agradeço a V. Exa. Deputado Daros, pela sua interferência, junto ao Deputado Lúcio Machado para que S. Exa. me concedesse este aparte.

Mas, nobre Deputado, não somos nenhum messias que vem para salvar a Pátria.

E saiba V. Exa., que para honra nossa, fazemos parte da bancada arenista, que estará, talvez um dia, ao lado de V. Exa. Porque V. Exa., Deputado Daros, num passe de magia, fez o Deputado Lúcio Machado me conceder este aparte.

Não estamos aqui para resolver problema de tal gabaritos, pois que os mesmos fogem à nossa alçada. O problema de vestiário, o problema de mendicância deve ser abordado sem demagogia, pelos Poderes Executivo e Legislativo, em consonância, sem virmos à tribuna à caça de votos.

Se estamos tratando de um problema sério, como é o problema da mendicância, devemos levar aos governos constituídos, à Assembléia, que é também um Poder, juntos, quicá com o Poder Judiciário, com os dois poderes, unidos, com homens do gabarito de S. Exa. o Deputado Adalberto Daros, e de V. Exa. Deputado Lúcio Machado, e homens humildes como nós, que não pretendemos e não desejamos resolver o problema da mendicância de nosso povo, porque hoje, sabemos perfeitamente, que o êxodo para Curitiba e para as capitais, é em virtude de que Curitiba é uma cidade industrial, Curitiba é a cidade que está abrigoando os pobres, porque aqui têm amparo, que também deveriam ter no interior.

Saiba V. Exa. que o feijão está caro, porque os colonos estão vendendo bem os seus cereais e não venham V. Exa. e o Deputado Daros, querer nos dar uma lição, porque também temos como V. Exa. os cabelos encanecidos e iremos dizer aos 4 cantos do Paraná que V. Exas., não querem que o feijão seja bem vendido na Capital.

Não temos medo de dizer aqui que o feijão deve ter seu preço, porque o homem humilde que puxa a enxada, tem que vender bem sua colheita.

Existe também um paralelo com o operário que deve ser bem pago.

Saiba V. Exa. que há necessidade de se distribuir remédios e alimentos.

Não somos nós os messias da bancada do Governo, porque para honra nossa somos da bancada do Governo, do Governo honesto, do Governo que abre estradas e principalmente da bancada do Governo que tem esperança na redenção do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — Esta Presidência lembra que os apartes devem ser breves e corteses e restitui a palavra ao Deputado Lúcio Machado.

O SR. LUCIO MACHADO — Apenas para responder ao aparte do Deputado Gabriel Manoel, devo esclarecer a S. Exa. que lhe falta, infelizmente, capacidade de interpretação. No início de nosso pronunciamento dissemos que o Serviço Nacional de Abastecimento parece querer produzir milagres.

Na oportunidade em que chega a se esclarecer, através dos jornais, que existe o feijão, principalmente como um dos produtos principais de alimentação, estocado clandestinamente em alguns lugares do Paraná.

Por aí se observa que esse órgão, ligado ao Governo Federal também desconhece que o que não houve e que não tem havido, é proteção

O SR. GABRIEL MANOEL (Pela Ordem) Sr. Presidente, gostaria que o nobre orador esclarecesse, se existe feijão estocado.....

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — Esta Presidência esclarece que as questões de ordem são cabíveis tão somente quando ocorram irregularidades nos trabalhos parlamentares, o que não está ocorrendo.

Portanto, esta Presidência despacha a questão de ordem desta forma, pedindo e apelando a V. Exa., nobre Deputado Gabriel Manoel, para que o orador que está na tribuna possa concluir seu pronunciamento.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela Ordem) Sr. Presidente, quero complementar

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — As questões de ordem só têm

razão de ser quando acontecer alguma anormalidade no funcionamento

O SR. GABRIEL MANOEL — (cont.)..... porque quando se fala inverdades

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) Esta Presidência esclarece a V. Exa., mais uma vez, que não cabe Questão de Ordem e as respostas à tribuna nesta Casa do povo, deverão ser feitas em pronunciamentos posteriores, não cabendo, portanto, Questão de Ordem.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela Ordem). Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — Esta Presidência não pode conceder a palavra para Questão de Ordem ao mesmo orador, sobre o mesmo assunto

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, solicito a V. Exa. que desconte os minutos

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — Esta Presidência esclarece que o Regimento Interno impede que faça este desconto porque o Grande Expediente tem duração estabelecida. Continua V. Exa. com a palavra.

O SR. LÚCIO MACHADO — Obrigado, Sr. Presidente.

Pelo que se observa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a própria SUNAB desconhece que a inexistência do produto anunciado no Estado e no País, é consequência da falta de colheita, é consequência da falta de proteção do Governo para a produção deste produto alimentar que é de primeira necessidade para o povo brasileiro.

Chega-se, até, ao ponto de dizer-se, de afirmar-se, através de algumas notas em jornais de circulação neste Estado, que o produto existe, mas está estocado clandestinamente, e tentando, desta maneira, forçar a diminuição do preço do produto.

O que, realmente se observa é que o produto não existe e que há uma falta de configuração, na estrutura do Governo. Num País e num Estado em que a extensão territorial é uma das maiores no mundo inteiro, não poderiam acontecer fatos como estes que estão acontecendo, como a falta de feijão para a alimentação do povo brasileiro.

Mas, como íamos dizendo neste nosso pronunciamento, o que falta no Brasil é a falta de planejamento para o verdadeiro aproveitamento de nosso potencial econômico.

É preciso que o Governo se volte para o homem, principalmente para o homem do campo, que está abandonando a terra de maneira assustadora, porque nela não pode mais subsistir.

É preciso que o lavrador deixe de ser explorado como tem sido nos últimos anos, não só pelos atravessadores que absorvem as suas economias, mas, também, pelo Banco do Brasil que se enriquece assustadoramente com a miséria dos agricultores brasileiros.

De nada adianta os órgãos assistenciais, muito menos os órgãos controladores de preço dos produtos, porque estes não existem com abundância para saciar a fome de populações famintas e abandonadas a cada dia que passa.

Ou o Governo toma providências urgentes, urgentíssimas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para que o homem da terra volte à terra para nela produzir, ou as cidades se transformarão em verdadeiros escombros da miséria.

O Sr. João Cioni Neto — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Há pouco estivemos sentados ao lado de V. Exa. na tribuna de honra e agora estamos aqui no plenário ouvindo atentos o seu pronunciamento.

Concordamos com o seu ponto de vista, nobre Deputado Lúcio Machado, de que os cereais e as mercadorias ao saírem da fonte produtora deverão sair com seus preços bons, altos, pelo menos é o que entendemos.

E concordamos também, que, ao chegar aos grandes centros do Brasil inteiro, devem ter seus preços baixos para amparar aquela gente que não planta e aquela gente de não muito bom salário.

Tudo isso nós entendemos e se pudéssemos participar também para fazer ou ajudar acontecer esse milagre em nossa terra de Santa Cruz, nós gostaríamos muito.

O que nós não concordamos, desculpe nobre Deputado, nós não admitimos, é de ouvir que o nosso Brasil está indo ao caos e que V. Exa. a pouco pediu pelo amor de Deus para que ele tenha compaixão de nossa terra, de nosso povo para que o mesmo não vá para as profundezas.

Eu pediria, com todo o respeito, que pense um pouco em seus filhos, que pense um pouquinho na grande família brasileira e que volte os olhos e a atenção a outras terras que sofrem consequências desgraçadamente péssimas, ruins e que aqui apesar dos pesares, apesar de todos essas males, que V. Exa., prega e que parece mesmo que estamos indo à desgraça, caminhando ao fim dessa terra, de nossos filhos, mas que ainda é o primeiro lugar preferido por todo o povo do globo.

E eu gostaria mesmo que V. Exa. e que demais pensantes, que encontrassem um meio para resolver este problema terrível, porque por ocasião da campanha, ouvíamos, através de rádio e televisão, que o Governo deveria dar preço, porque os pobres, os agricultores, aqueles que estão de mãos calejadas, não têm mais jeito de sobreviver porque o Governo não dá mais preço nas mercadorias e quando iam pregar nas televisões do Rio de Janeiro, nos grandes centros, onde eles pregavam completamente ao contrário: que o Governo deveria diminuir o preço do feijão, do milho, do arroz, da batata, imaginem os Srs. quando acontecerá este milagre?

Eu peço mais uma vez, eu reitero mais uma vez, para que V. Exa. pense em seus filhos, em nossos filhos, em toda a família brasileira.

Muito obrigado pelo aparte, meu companheiro e amigo, Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Nobre Deputado João Cioni Netto, é pensando não só em meus filhos, é pensando nas gerações futuras deste País, que manifestamos clarividentemente, o que poderá acontecer dentro de poucos anos se medidas firmes e partidas do Governo não forem tomadas pela segurança de nosso povo.

Se V. Exa. entende como felicidade, o privativo de liberdade de um povo, eu entendo como segurança da felicidade do povo a produção que o seu País possa dar para abastecer os celeiros e abrir as portas das escolas, para revestir o seu povo de economia necessária para o progresso da sua própria Nação. E é pensando exatamente nas gerações futuras que me debato neste Parlamento, porque entendo que estou dinamizando o cumprimento do meu dever na face da terra.

É pensando exatamente em nossos filhos e nos filhos de nossos filhos, que me debato sobre os acontecimentos de hoje, que poderão ocorrer numa hecatombe de amanhã.

V. Exa. se referiu às propagandas políticas do ano passado, digo do passado.

Não sou saudosista - nobre Deputado. Aqueles que ocorriam no passado, ocorrem no presente, só que com uma diferença: que no passado o povo também falava e, no presente, só o Governo fala e propaga os grandes milagres brasileiros que decorrem do acontecimento que temos verificado nos últimos dias, nas ruas de Curitiba: as filas de mendigos que se engrossam. Não é de vadios e de vagabundos, é de homens que vieram a Curitiba,

para aqui, ver se encontravam a subsistência para suas famílias, deixando as terras onde produziam e aqui ficaram desprovidos de recursos até para retornarem aos lugares onde deixaram.

Este é o retrato, nobre Deputado, de um acontecimento que poderá ocorrer muito breve, se os governos não tomarem o caminho objetivo e necessário para que estes acontecimentos não se registrem.

É pensando, portanto, exatamente em nossos filhos e nos filhos de nossos filhos, nas gerações que virão para dar prosseguimento à grandiosidade deste País, que fazemos pronunciamento desta natureza.

Mas, continuando, Sr. Presidente, temos aqui em Curitiba, a Fundação de Recuperação do Indigente, órgão instituído com fundamentos de adaptar o mendigo que, desprovido de recursos, trabalho, ensinando a atividade em que se pode exercer, e dotando-o de emprego que lhe garanta realmente a subsistência e a de suas famílias.

Parece permanecer esse órgão inerte, ou ocupado com finalidades que realmente não se coadunam com os objetivos para os quais foi ele criado.

A situação é de verdadeira calamidade. A tendência é aumentar dia para dia o quadro perigoso da miséria que já envolve multidões neste País.

É preciso que o Governo entenda, acima de tudo, que esta Nação é de economia eminentemente agrícola; que o Governo dê aos homens brasileiros o entusiasmo de voltar ao labor da terra com proteção de verdade, isento das explorações das quais tem sido vítimas. É preciso que o Governo dê o máximo de apoio ao trabalhador brasileiro, não com atendimento como este que tem sido dispensado nestes anos, atendimento que se caracteriza pelas expressões claras da indigência.

Infelizmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que se observa é simplesmente estarrecedor: filhas de indigentes enfeiam as ruas da cidade, diariamente, nos albergues deficientes e improvisados, dormem aos amontoados, desprovidos pela sorte. Acreditamos até que a Secretaria de Saúde e Bem Estar Social tenha se dedicado num esforço incomum, tanto no setor de repressão à mendicância, quanto no trabalho de recuperação do indigente.

Entretanto, paira em nós uma dúvida: será que a atividade desses dois órgãos importantes da Bem Estar Social que estão executando suas atividades devidamente planejadas, no sentido de alcançar êxito, objetiva, acima de tudo, o progresso que a sociedade espera?

Ao terminar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, apresentamos requerimento à Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, solicitando informações que julgamos de grande importância para o conhecimento do público de Curitiba e do Paraná.

O Sr. Jurandir Messias — Peço um aparte, eminente Deputado. — (Assentimento).

Deputado Lúcio Machado, no início de vosso pronunciamento, V. Exa. fez uma referência toda especial, aliás, está sendo o apto e ilustre Deputado, quando faz uso da tribuna, tecer, ou melhor, criticar, e até com veemência, o Governo Federal e o Governo Estadual.

Portanto, a nós não surpreende, absolutamente, o vosso pronunciamento.

Mas, Deputado Benedito Lúcio Machado, quando V. Exa. se referiu ao Banco do Brasil que, dia a dia, fica mais rico e que o povo, dia a dia, fica mais pobre, V. Exa. Sr. Deputado, haverá de convir comigo que o Banco do Brasil é o único órgão oficial que dá e vem dando condições aos lavradores brasileiros para que eles possam cultivar e plantar suas terras.

V. Exa. também há de convir, Deputado Benedito Lúcio, que o juro do empréstimo, específico ao agricultor, é tão insignificante que, se o Banco do Brasil fosse depender, para sua

subsistência desse empréstimo, tenho certeza, Deputado, já teria fechado as portas. V. Exa. será como prefeito que já foi, se não me falha a memória, no norte velho do Estado do Paraná, não posso precisar o ano que V. Exa. foi . . .

O SR. LÚCIO MACHADO — De 1963 a 1968.

O Sr. Jurandir Messias — Então V. Exa. será um testemunho que, naquela época, de 1963, um lavrador ou o lavrador, para tentar seu empréstimo para dar atendimento à sua lavoura, teria que se demandar no mínimo, cem a duzentos quilômetros, para encontrar ou achar o Banco do Brasil, mais próximo. E V. Exa. sabe, melhor do que eu, de 64 para cá, após a Revolução, nós temos, quase que, em todos os municípios do Paraná, uma agência do Banco do Brasil para dar, especialmente, atendimento aos lavradores do Paraná.

Então, lhe pergunto, Deputado Lúcio, o Governo, vem ou não vem procurando atender aos menos favorecidos? A esses pequenos lavradores? Aos minifundiários do Paraná para que tenha o pronto atendimento com esses juros insignificantes?

E V. Exa. que foi prefeito em 1963, se fizer um comparativo do que produzia o seu município naquela época para esta, V. Exa. vai chegar à conclusão que só em seu município possivelmente teve um aumento de mil por cento da produção ou na produção agrícola de seu município.

Mas, Sr. Deputado Lúcio Machado, me perdoe ainda. . .

O SR. LÚCIO MACHADO — Eu pediria a V. Exa. que fosse breve.

O Sr. Jurandir Messias — V. Exa. perdoe-me ainda, para concluir, V. Exa. fez menção também aos depósitos da COPASA, aos atravessadores. V. Exa. deveria, e eu daqui lhe peço, para que V. Exa. ache uma solução e nos ajude e ajude o Governo a achar uma solução, para que acabemos de uma vez por todas com os atravessadores e para que os lavradores, para que os produtores depositem seus produtos nos armazéns da COPASA ou no Banco do Brasil.

Portanto, aqui fica, Deputado Lúcio Machado, o meu apelo a V. Exa. para que nos dê ou nos traga a solução, para que traga ao Governo do Estado e ao Governo do Brasil esta solução.

O SR. LÚCIO MACHADO — Nobre Deputado, em respostas objetivas, de 63 a 68, quando fui prefeito no município de Santo Antonio da Platina, município com uma área territorial de trinta mil alqueires, era o grande celeiro de produção, se destacando em 63, 64, 65 e 66 como o maior produtor de milho do Paraná, fato que não ocorreu depois desta oportunidade.

Isto é a prova contundente de que o Banco do Brasil tem prejudicado a produção deste País. Tanto é que . . .

O Sr. Jurandir Messias — V. Exa. está dizendo que . . .

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) Esta Presidência solicita que somente se manifestem os demais Deputados, quando concedido o aparte. V. Exa. tem três minutos para concluir.

O SR. LÚCIO MACHADO — O Banco do Brasil este ano, com 90 por cento de financiada na lavoura da agricultura, teve a renda astronômica de bilhões de cruzeiros arrancados do homem que lava a terra. Isto foi declaração do Diretor do Banco do Brasil, que confunde perfeitamente com a declaração de V. Exa.

O Sr. Jurandir Messias — Não é verdade. V. Exa. . .

O SR. LÚCIO MACHADO — E aí está a prova, pois é o Estado que mais produz feijão do Brasil. Isto é a prova de que o

Banco do Brasil está correndo o lavrador da terra e acima de tudo, fazendo com que este lavrador deixe a terra e se aconchegue na cidade, para poder sobreviver.

Apresentarei meu requerimento, rápido. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso dos direitos que lhe são conferidos por lei, e tendo em vista a denúncia de alguns órgãos de imprensa desta Capital, que afirma existir estocagem clandestina de feijão em algumas localidades do Estado, requer seja encaminhado em forma de sugestão ao Sr. Delegado da SUNAB, o pedido de providências sobre o fato da denúncia. Promovendo levantamento nas áreas produtoras e conseqüente apreensão do produto, porventura, estocado clandestinamente.

Termos em que, aprovado pelo Plenário, pede-se anexação de nosso pronunciamento.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1976”.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) Está encerrada a Hora do Expediente.

Esta Presidência convoca o eminente Deputado Maurício Fruet para assumir a 1ª Secretaria e o eminente Sr. Deputado Leopoldo Jacomel para que assumam a 2ª Secretaria.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 201/75, de autoria da Comissão Executiva, dando nova redação e acrescentando incisos à alínea “C” do Art. 1º, da Resolução nº 09/67, de 07/06/67. Parecer favorável da C.C.J., COM SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 79/76, de autoria do Deputado Accioly Neto, dando nova redação aos Arts. 39 e 51 do Regimento Interno. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 98/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, determinando arquivamento de Projetos que concedem honrarias, apresentados e oriundos de outras Legislativas. — **Em discussão.**

O SR. MAURÍCIO FRUET — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomel) Concedo a palavra, para discutir, ao Sr. Deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós entendemos justa a proposição apresentada pela CCJ. desta Casa, tornando sem efeito as honrarias concedidas pela Assembléia Legislativa em outras legislaturas, a cidadãos que os Deputados daquela Legislatura, e como conseqüência, o próprio Plenário da Assembléia Legislativa houvera por bem prestar estas homenagens.

Porém, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao lado de tantos outros que foram homenageados por esta Casa e que não demonstram interesse em receber estas homenagens e estas honrarias, existem muitos que as reivindicaram e por problemas internos, ou por decisão da própria Mesa, não houve possibilidade de fixação de datas para que essas homenagens fossem prestadas.

Porisso, eminentes líderes da ARENA e do MDB . . .

O SR. ACCIOLY NETO — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento).

Creio que V. Exa., data vênha, não entendeu bem o espírito da proposição formulada pela CCJ.

Em primeiro lugar, trata-se de um projeto, portanto, não há honraria concedida sem proposta. E a Assembléia pode, em relação a qualquer projeto, votar em contrário. Mas, ficou bem claro, na justificativa desta resolução, que se poderia reapresentar tais projetos.

O que houve, exatamente, foi não permitir a tramitação de projetos que são, de certa forma, pessoais, numa legislatura que Deputados não tenham mais participação.

Este foi o objetivo único da resolução. Até, em alguns projetos, havia situações em que se o próprio autor não estivesse aqui convivendo, não teria possibilidade alguma de obter êxito em Plenário. E não poderíamos, pensamos assim, na Comissão, deixar que um projeto apresentado por um Deputado que não o é mais, concedendo uma honraria a alguém que não pediu, ficasse aqui sem defesa, até.

Porque, V. Exa. há de entender, que o autor de projetos, principalmente projetos dessa natureza, tem o máximo empenho de que a proposição tenha êxito.

Primeiro, porque o homenageado não pediu. Segundo, porque está colocando em jogo a reputação de alguém. Mas, se o autor do projeto não é mais Deputado, a quem caberá a defesa do projeto, se ele, o projeto, vier a ser contestado por qualquer Deputado? Nenhum de nós tem obrigação de fazer defesa desses projetos.

Mas, nada impede que V. Exa. reapresente todos os projetos que vierem a ser arquivados, por força de resolução.

Era este o aparte que queria conceder a V. Exa.

O SR. MAURICIO FRUET — Eminente Deputado, concordamos em parte, com seu raciocínio. Mas, de qualquer forma, entendemos que Deputados que participaram de outras legislaturas, muito mais do que seu posicionamento pessoal, ao apresentar projeto de honraria a cidadão aqui não nascido, ou aqui nascido, seria o caso, muito mais do que seu posicionamento pessoal, entenderam essa homenagem ser estendida a um preito de gratidão da comunidade paranaense.

Mas, o que eu pretendia, eminente Sr. Deputado, era de que houvesse um entendimento entre as lideranças do MDB e ARENA, e fosse esse projeto adiado por 3 sessões, a requerimento nosso, que iremos apresentar à Comissão Executiva e a este Plenário, a fim de que se pudesse sentir até que ponto este projeto de resolução da Comissão de Constituição e Justiça seria alcançado.

Era apenas esta a nossa solicitação e pedimos ao Sr. Presidente que submeta à apreciação do Plenário, o nosso requerimento. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomet) Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, solicitando adiamento por três (03) sessões da discussão e votação do Projeto de Resolução nº 98/76.

O SR. ACCIOLY NETO — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, este projeto de resolução apresentado pela CCJ, não é, na verdade, uma medida invulgar, e não é esta a primeira

vez que a Assembléia Legislativa delibera sobre projeto de resolução, determinando o arquivamento de proposições da legislatura anterior. Já há precedente na Casa e é bem de ver que este projeto de resolução se refere apenas a projetos de lei, que visam concessão de títulos de cidadão benemérito e honorário do Paraná. Ao passo que, em outra oportunidade, a Assembléia veio a aprova projeto de resolução arquivando proposições que não diziam respeito a um único assunto.

Ora, se naquela oportunidade entendeu-se aqui nesta Assembléia, que outros projetos poderiam ser arquivados, porque era ilógico saltassem de uma para outra legislatura, com mais razão agora em que os projetos, são exclusivamente pessoais.

Por esta razão, nobre Deputado Maurício Fruet, não vemos por que razão a Assembléia deva dilatar a discussão de tal matéria.

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomet) Em votação o requerimento. — Rejeitado.

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — Deferido. 7 aprovam, 9 rejeitam. Não há quorum para prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 8, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução 98/76 e de Lei 45/76.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei 103/75, 25/76, 33/76 e 37/76.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei 09/76, 26/76, 29/76 e 42/76.

A Presidência lembra aos Srs. Deputados que haverá ainda uma sessão extraordinária, para amanhã, dia 8, terça-feira, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de resolução 44/76.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 48/76.

Levanta-se a Sessão.

DECRETOS LEGISLATIVOS:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 418/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 4510, de 25 de maio de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

prover, em comissão, IVO BRUM NETO, no cargo de símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete do Deputado ADALBERTO DAROS.

Palácio 'Dezenove de Dezembro', em 03 de junho de 1976.

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 419/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 4388, de 21 de maio de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

prover, em comissão, MARIA ELIZA MORO, no cargo de símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete do Deputado DÁCIO LEONEL DE QUADROS.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03 de junho de 1976.

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
MAURICIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 420/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 4494, de 25 de maio de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

designar JOAQUIM ANTONIO RODRIGUES, matrícula 311, ocupante do cargo de nível PL "22" da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo de Auxiliar de Gabinete, do Gabinete da 1ª Secretaria, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, a partir de 24 de maio de 1976.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03 de junho de 1976.

aa— PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 421/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 4289, de 20 de maio de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

prover, em comissão, MAURO RODRIGUES DE CARVALHO, no cargo de símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete do Deputado JAYME RODRIGUES DE CARVALHO.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03 de junho de 1976.

aa— PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
— AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 422/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 4406, de 24 de maio de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

prover, em comissão, JISLANE MARA PERETTI, no cargo de símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete do Deputado EDILSON ALENCAR.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03 de junho de 1976.

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA 1º Secretário
MAURICIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 720/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 10707/75, de 21 de outubro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, em favor de LUIZA ZACK VIANTE, matrícula 213, ocupante do cargo de nível PL "16", da Série de Classes de Auxiliar de Plenário Conservação, do Grupo Ocupacional de Conservação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio compreendido entre 07 de julho de 1971 e 07 de maio de 1975, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo quinquênio e das férias referentes aos anos de 1971, 1972, 1973 e 1974, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 25/11/75.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 721/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 10795/76, de 23 de outubro de 1975, deste Poder,

R E S O L V

retificar o nome do funcionário ISRAEL DINIS, ocupante do cargo de Advogado, nível PL "29", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a fim de que dos assentamentos funcionais do mesmo servidor conste o seu nome como SEN ISRAEL DINIZ.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 25/11/75.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 372/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 296/75, de 15 de janeiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o posto pelo Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de MARIA AMALIA CERCAL DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, respondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 21/05/75.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário